

## A SEGREGAÇÃO SOCIAL REFLETIDA EM UMA ARQUITETURA NÃO INCLUSIVA E POUCO ACOLHEDORA: A IMPORTÂNCIA DA GENTILEZA URBANA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE

*Social segregation reflected in non-inclusive and unwelcoming architecture: the importance of urban kindness in the community integration process*

Camila Magalhães da Silva<sup>1</sup>

Mabel Zambuzzi<sup>2</sup>

### Resumo

A desigualdade social afeta negativamente os mais desfavorecidos criando uma construção social que segrega e exclui, sendo a arquitetura um possível agente transformador deste cenário, trazendo novos equipamentos que possam atender a população de maneira justa e eficaz. Nesse sentido, no processo de urbanização, faz-se importante entender a necessidade de apresentar ideias urbanísticas que integrem os espaços de modo a incluir a comunidade, para que todos se sintam confortáveis ao usar do espaço construído de maneira igualitária. A partir disso, a gentileza urbana se insere como modelo de intervenção de modo a combater a exclusão social, apresentando ideias de espaços projetados para todos.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Gentileza urbana. Acolhimento. Inclusão.

<sup>1</sup>Discente do Centro Universitário Jorge Amado - Unijorge

<sup>2</sup>Docente do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge

#### Autor correspondente:

Mabel Zambuzzi

Docente do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge, Salvador, Bahia, Brasil

Contato: [mzambuzzi@unijorge.pro.br](mailto:mzambuzzi@unijorge.pro.br)

## Introdução

Ao longo dos anos, a consolidação desigual das cidades foi capaz de criar lugares espacialmente segregados que delimitam “zonas” de uso para diferentes grupos sociais, impactando diretamente a qualidade de vida coletiva. Segundo Klauser (2017), a vigilância socioespacial está diretamente relacionada ao exercício do poder. Assim, entende-se que a ocupação dos espaços urbanos passou a ser controlada de modo a estabelecer uma dinâmica social que segrega e define usos e fluxos voltados a parcelas específicas da população, atraindo alguns e afastando outros.

Conforme o que se estabeleceu pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), regulou-se o uso da propriedade urbana para o bem coletivo em prol da segurança e bem-estar da população, propondo, portanto, o usufruto dos espaços urbanos com base em um acesso igualitário a todas as pessoas, sem distinções, promovendo oportunidades e interações com toda a comunidade.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), o direito à cidade representa um paradigma para enfrentar os desafios da exclusão resultantes da segregação urbana. Pensar nesse direito é também refletir sobre práticas que estimulem a urbanidade e o acolhimento, buscando reduzir desigualdades e transformar os espaços em ambientes mais justos, inclusivos e acessíveis.

A arquitetura desempenha um papel fundamental na constituição dos espaços, não apenas enquanto estrutura física, mas como agente de medição e reflexão social. Qualquer projeto é capaz de gerar gentileza ou transmitir hostilidade, dependendo de suas escolhas formais, materiais e espaciais. Tudo isso é possível, pois a forma, os materiais, as aberturas, a vegetação, as possibilidades de acesso e a acessibilidade funcionam como agentes norteadores de interação do espaço, cativando ou não o seu público.

Entretanto, também vale ressaltar que a arquitetura pode expressar relações de poder e exclusão, associadas ao inatingível. Quanto mais inacessível ou monumental, maior a sensação de distanciamento entre o espaço e o seu público, criando, mais uma vez, uma atmosfera excludente e seletiva. Para Ferraz et al. (2015), os processos de privatização do espaço público dão origem a uma arquitetura “antimendigo”, cujas intervenções – como bancos inclinados, áreas cercadas, objetos pontiagudos e outros – têm o único objetivo de impedir o uso por pessoas em situação de vulnerabilidade. Estas intervenções passaram a ser conhecidas como arquitetura hostil, operando como um instrumento de controle, que reforça a desigualdade e desumaniza o espaço urbano.

De acordo com Dias & Jesus (2019), as descaracterizações dos espaços públicos são motivadas também pelas soluções individuais de segurança e pela busca pela privacidade, frequentemente desconsiderando a coletividade e os meios de convívio social. Esses processos implantados no meio urbano resultam em cidades menos empáticas e pouco acolhedoras, com ambientes urbanos que afastam as pessoas.

Vale destacar que essa condição não é uniforme em todos os contextos urbanos, havendo cidades que seguem na contramão da hostilidade e investem em projetos urbanos inclusivos. O fato é que, nos locais em que se observa um desenho urbano não acolhedor, nota-se também que os órgãos públicos parecem estar acostumados com a falta de gentileza e não buscam modificar o espaço urbano. O projeto SP Invisível (SPI), por exemplo, criado em 2014 pelo jornalista Vinicius Lima e o fotógrafo André Soler, busca mostrar, através da fotografia, a verdadeira condição de vida enfrentada por muitos, como um instrumento de denúncia social e de sensibilização sobre as desigualdades urbanas.

De maneira reativa a este cenário, surgem iniciativas baseadas na gentileza urbana, que, como objeto de interação coletiva, age como um meio que busca transformar espaços em locais acolhedores, promovendo a inclusão de toda a comunidade. De acordo com Giese, Silva e Menegat (2023), as ações de gentileza urbana são formas de promover vitalidade urbana, tornando a experiência na cidade mais agradável. Dessa forma, a desestruturação das barreiras da segregação torna-se possível, de modo a buscar uma cidade gentil que valoriza o bem-estar e a comodidade do coletivo.

Tendo em vista essa perspectiva, faz-se importante que também haja o aprofundamento da relação entre planejamento urbano e as políticas públicas inclusivas, entendendo a importância das ações nos ambientes, mesmo que esses já estejam consolidados na sociedade. A criação de estratégias ligadas ao urbanismo social pode ressignificar espaços consolidados, democratizando o uso da cidade e estimulando o sentimento de pertencimento.

Entre as metodologias eficazes para que haja o enfrentamento das problemáticas da segregação urbana, destaca-se o urbanismo tático, que propõe uma série de intervenções temporárias, de baixo custo e alto impacto, como arte urbana, mobiliários interativos e parklets, buscando transformar os espaços com a participação da comunidade. A partir do urbanismo tático, é possível testar soluções que incorporem o indivíduo ao uso do espaço, podendo torná-las definitivas à medida em que reflitam positivamente no dia-a-dia das comunidades.

De acordo com Lydon & Garcia (2015), o urbanismo tático ressignifica o modo de se “fazer a cidade”, explorando interações entre os cidadãos e as esferas públicas, recuperando os espaços de modo a garantir o direito à cidade. Portanto, fica evidente que ações como essas detêm um potencial possível de transformar positivamente as experiências no meio urbano, cativando os indivíduos e quebrando as barreiras que segregam essa interação social. Além disso, é uma metodologia que permite testar diversas soluções de forma ágil, sustentável e econômica, atuando como ferramenta de democratização, transformando as dinâmicas urbanas e estimulando o senso de pertencimento com espaços inclusivos e convidativos.

Outras abordagens importantes incluem a requalificação de espaços abandonados, a implementação de políticas de mobilidade sustentável com ênfase na priorização da circulação de pedestres e, sobretudo, a valorização da participação social na elaboração de projetos e ações no âmbito comunitário. A aplicação dessas abordagens assegura maior eficácia às intervenções urbanas, contribuindo para cidades mais democráticas, sustentáveis e sensíveis à diversidade social. Esses espaços acolhedores criam redes de pertencimento e fortalecem a interação comunitária. Pequenas mudanças no cenário da cidade, como iluminação adequada, áreas verdes, mobiliário convidativo e circulação segura de pedestres, são capazes de transformar as relações do usuário. São mudanças que, se aplicadas de maneira estratégica, tornam a cidade inclusiva, sobretudo aos mais vulneráveis, que são a parcela da população mais atingida pelos espaços hostis e excludentes.

Atualmente, é perceptível como muitos exemplos demonstram que a monumentalidade arquitetônica pode afastar o usuário. A Praça dos Três Poderes (Brasília, 1960), projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, simboliza o poder institucional, mas revela um vazio social nos períodos sem eventos, criando uma sensação de distanciamento. O mesmo ocorre no Cais das Artes (Vitória-ES, 2011), de Paulo Mendes da Rocha: a imponência e o uso intensivo do concreto produzem uma ambiência árida e pouco convidativa, ainda que o edifício em si seja de grande valor arquitetônico. Há, portanto, uma percepção

de exclusão que causa uma hostilidade ocasional, podendo gerar uma atmosfera de distanciamento para os usuários da cidade.

Em contraponto, projetos como o Parque High Line (Nova York, 2009), projetado por Field Operations, Diller Scofidio + Renfro e Piet Oudolf, exemplificam como a requalificação de infraestruturas pode criar novas formas de convivência. O mesmo ocorre no Viaduto Santa Ifigênia (São Paulo, 1913), transformado em via exclusiva para pedestres, promovendo segurança e interação, assim como no Plan Piéton 2023–2030, de Paris, que prioriza o pedestre e consolida o conceito da “cidade de 15 minutos”, integrando mobilidade, cultura e sustentabilidade.

Ao se transformar um espaço abandonado em um local de uso público, aplicando modificações para garantir seu melhor aproveitamento, é possível promover a inclusão da comunidade, dando a devida importância ao usuário, levando em consideração as suas necessidades, trazendo benefícios tanto sociais quanto ambientais. Tanto no High Line e no Viaduto Santa Ifigênia, assim também como no “Plan Piéton”, é possível perceber a importância da implantação de uma arquitetura para todos, em detrimento ao crescimento urbanístico desenfreado, fazendo com que o espaço seja democrático, confortável e acolhedor, priorizando as experiências da comunidade e promovendo o bem-estar coletivo.

De maneira geral, é possível perceber que pequenas atitudes podem tornar os espaços mais cativantes e acolhedores. Para além dos espaços de convivência, a utilização das feiras livres também pode funcionar como uma ferramenta eficaz para impactar positivamente o uso do espaço e gerar uma atmosfera convidativa. Feiras como as de artesanato, de alimentos, de utilidades diversas e até mesmo a prática das hortas urbanas, configurando algo ocasional, mas que mobiliza a população e promove um encontro agradável para a comunidade, trazem fluidez aos espaços e o condicionam a novos usos temporários.

A arquitetura efêmera para modificação do espaço hostil também é uma prática que contribui para a gentileza urbana e age em resposta aos espaços pouco amistosos. Essas abordagens podem moldar a cidade de maneira temporária e criar ambientes de relações diversas, transformando os espaços que parecem inibir a permanência dos usuários, buscando, pelo contrário, a promoção de bem-estar. Trata-se de uma flexibilidade capaz de mudar os contextos sociais e democratizar o uso do espaço a partir de ações que buscam humanizar, incluir, acolher e confortar.

Entende-se, portanto, que a gentileza urbana não é apenas uma estratégia estética de suavidade, mas de resistência e reumanização da cidade. Os “ideais gentis” transformam os espaços de modo a apoiar e acolher, diminuindo a exclusão social, promovendo a integração seja nas grandes ou pequenas cidades, no centro ou na periferia. A gentileza precisa alcançar a todos os espaços que ainda se distanciam de uma relação direta com o usuário, contribuindo para a melhoria da qualidade da vida em sociedade.

## Conclusão

Diante disso, é perceptível que a arquitetura pode atuar como mediadora social, por meio de práticas projetuais que priorizem a inclusão, acessibilidade e bom convívio social, incorporando o olhar do usuário desde o processo de concepção. Entende-se que é essencial que políticas públicas e ações locais caminhem juntas, para que se incentive o usufruto de metodologias colaborativas como o urbanismo tático, a requalificação de espaços e o uso temporário das áreas subutilizadas. Em síntese, construir uma cidade gentil é restituir o direito de pertencer, fazendo com que cada pessoa, independentemente da sua condição social,

encontre no espaço urbano um lugar de acolhimento e, sobretudo, dignidade. O verdadeiro potencial da arquitetura está na sua capacidade de aproximar pessoas e transformar realidades, refletindo empatia, equidade e humanidade.

## Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2025.

CASSOU, B. High Line em Nova York é exemplo de projeto de revitalização urbana. **Arch Trends Portobello**, 2022. Disponível em: <<https://blog.archtrends.com/high-line-nova-york/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Cidades sustentáveis. **UN-HABITAT: O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos**. Disponível em: <[https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-04/e-book-cidades-sustentaveis-colab-onu-habitat\\_.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-04/e-book-cidades-sustentaveis-colab-onu-habitat_.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2024.

DIAS, S.; JESUS, C. Cidade hostil. **Revista Geografias**, 15(1), 26-50, 2019.

FERRAZ, S.; BENAYON, J.; ACIOLY, L.; ROSADAS, L.; MENDONÇA, P. Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. **Movimento**, 2(3), 11-142, 2015.

GICA FERNANDES. "Cais das Artes / Paulo Mendes da Rocha + METRO". **ArchDaily Brasil**, 23 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-16341/cais-das-artes-paulo-mendes-da-rocha-mais-metro>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GIESE, J. V.; SILVA, L. B.; MENEGAT, E. M. População em situação de rua e espaço público: as manifestações contraditórias de aporofobia e de gentileza urbana na atualidade. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, e20220227, 2023.

KLAUSER, F. **Surveillance and space** (1ª ed.). Londres: SAGE Publications, 2017.

RIBEIRO, L.C.Q. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Ciência e Cultura**, v. 56, n. 2, p. 43-45, 2004.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.

FERNANDES, B. A.; SANSÃO, F. A. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. **3º Seminário Nacional Habitar**, p. 1-15, 2016.

FERNANDES, B. A.; SANSÃO, F. A. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. **3º Seminário Nacional Habitar**, p. 1-15, 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Viaduto Santa Ifigênia*. Conheça SP: pontos turísticos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/pontos-turisticos/viaduto-santa-ifigenia/>>. Acesso em: 14. Nov. 2024.